



ESCREVIVÊNCIA DE UM CONTATO COM SURDO EM BOA VISTA (RR): POLÍTICAS INCLUSIVAS DE 1991 A 1995

SELF-WRITING OF A CONTACT WITH A DEAF PERSON IN BOA VISTA (RR): INCLUSIVE POLICIES FROM 1991 TO 1995

Antonio Lisboa Santos Silva Júnior¹
Kléber Aparecido da Silva²

RESUMO: Este trabalho apresenta uma historicização acerca de uma vivência de um atual professor de Língua Inglesa que teve contato com pessoas surdas próxima durante a sua infância. Este artigo possui como objetivo analisar como a Declaração de Salamanca (1994) afetou diretamente a vida de pessoas surdas na cidade de Boa Vista, em Roraima, nos anos entre 1991 a 1995 e como motivou o aparecimento de novas políticas de inclusão. A pesquisa apoia-se na perspectiva da escrevivência de Conceição Evaristo para coletar dados da escrevivência do professor. Em Roraima, ainda faltam relatos que construam as bases históricas sobre a educação de surdos, logo, é importante registrar esses relatos da evolução de direitos para as comunidades minorizadas socialmente por aqui, no caso deste trabalho, trata-se da pessoa surda. Conclui-se que a Declaração de Salamanca foi um documento importante globalmente para que as presenças de Pessoas com Deficiência fossem notadas e que motivasse a criação de outros documentos, que é o caso da Lei de Libras. Ademais, a escrevivência pode ser uma ferramenta de pesquisa para dar espaços de registros de microssituações históricas de vivência sobre a educação de surdos.

Palavras-chave: Escrevivência, Educação de Surdos, Declaração de Salamanca .

ABSTRACT: This work presents a historical account of the experience of a current English teacher who had close contact with deaf people during his childhood. This article aims to analyze how the Salamanca Declaration (1994) directly affected the lives of deaf people in the city of Boa Vista, Roraima, from 1991 to 1995 and how it motivated the emergence of new inclusion policies. The research draws on the perspective of Conceição Evaristo's writing to collect data from the teacher's writing. In Roraima, there is still a lack of historical accounts of deaf education; therefore, it is important to record these accounts of the evolution of rights for socially marginalized communities there, in this case, deaf people. The conclusion is that the Salamanca Declaration was a globally important document for recognizing the presence of people with disabilities and for motivating the creation of other documents, such as the Brazilian Sign Language Law. Furthermore, writing can be a research tool to provide spaces for recording historical micro-situations of experiences regarding the education of deaf people.

Keywords: Self-writing, Deaf Education, Salamanca Declaration.

¹ Professor de Língua Inglesa do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima e doutorando em Linguística pela Universidade de Brasília. E-mail: antonio_lisboa_jr@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2016-3889>

² Professor do Programa de Pós-graduação em Linguística e do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. E-mail: kleberunicamp@yahoo.com.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7815-7767>



INTRODUÇÃO

Este trabalho surge por meio das discursões realizados no Grupo de Estudos Avançados da Linguagem (GECAL/UnB), durante o período de doutoramento em Linguística pela Universidade de Brasília. A motivação se deu pelas inquietações sobre como as políticas educacionais voltadas à educação de surdos impactaram as vidas de sujeitos surdos e de professores na escola. Muitas pesquisas foram realizadas sobre a evolução da educação de surdos, contudo, tive dificuldades em encontrar registros sobre esse assunto na cidade de Boa Vista - RR.

Para este artigo, desdobra-se uma análise da promulgação da Declaração de Salamanca sobre a inclusão das Pessoas com Deficiência - PcD, em seguida, faz-se uma relação com o contato que eu tinha com uma pessoa surda entre os anos de 1991 a 1995, na cidade de Boa Vista. Neste texto, identifico-me como pesquisador-professor, pois verifico minha experiência histórica por meio de um relato de um momento micro de contato com um surdo presenciado por mim e minha família e analiso isso. A minha escrevivência entre 1991 e 1995 é feita por algumas memórias que tenho, assim, conto com a ajuda de minha mãe e irmã para rememorar certas situações do contato com o surdo.

A Declaração de Salamanca foi um documento fundamental para a sociedade global iniciar reflexões sobre aspectos de inclusão nos demasiados espaços sociais. Entretanto, logo em 1994, as instituições, em especial as educacionais, demoraram a preparar os espaços públicos e os profissionais de educação para o acolhimento das pessoas com deficiência, destacando-se os surdos, que precisam do domínio da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para manter um diálogo entre os sujeitos envolvidos no discurso e serem inseridos dentro das diversas práticas sociais, as quais o Decreto estabelece, tais como tornar os sujeitos economicamente independentes e que colaborem na sociedade onde estão inseridos.

Assim, este artigo colabora para os estudos de educação de surdos, em especial, na cidade onde fui criado, passei minha formação tanto na educação básica quanto no magistério superior, que é em Boa Vista. Compreender como as políticas alcançam os surdos em diferentes espaços do Brasil é importante para que possamos comparar as similitudes e contrastes da inclusão em um país tão vasto e diferente culturalmente, e que ainda apresenta muitas barreiras e dificuldades no processo de inclusão de seus sujeitos.



A ESCRIVIVÊNCIA COMO FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A escrevivência é um termo criado por Maria da Conceição Evaristo de Brito, ou apenas conhecida por Conceição Evaristo. A autora começou a publicar seus textos aos 46 anos. O termo surgiu em 1995, com o sentido de “escrever”, “viver” e “ver” – Escrever a sua vivência. Suas obras remetem a sua vivência enquanto preta na história de Minas Gerais, local onde nasceu. Ela utiliza a escrevivência como ferramenta para inserir a história do seu pessoal preto na história do Brasil em outras perspectivas, não só aquela vista em muitos materiais em que o povo preto apenas ocupa local do escravo. Atualmente, graças as suas pesquisas, o povo preto brasileiro passou a ter uma representação diferente da que os colonizadores promoveram ao longo da construção da história brasileira. Seus trabalhos são imperativos para ressignificação da cultura afro-brasileira.

Evaristo (2020), ensina que a forma como nós falamos de nós mesmos constitui como nos vemos, diz acerca de nossa subjetividade e que se constrói com a nossa vivência. Dessa forma, reside, nesta pesquisa, a potencialidade de traçar a narrativa do pesquisador-professor concomitante com a tessitura da história brasileira acerca da educação de surdos, um grupo marginalizado por não ter sua língua incluída nos diversos espaços sociais onde circulam, em especial, na escola.

A escrevivência permite a autoinscrição no mundo científico, mas não de uma forma narcísica, pois a intenção é utilizá-la como instrumento para apresentar como, ao decorrer de minha vida como professor e tendo contato com pessoas surdas dentro e fora da escola, pode-se fazer relação de como as políticas linguísticas para surdos vêm afetando a minha prática, que, conseqüentemente, afeta a forma de como os outros professores ensinam, destacando-se os professores de Roraima, construindo, assim, uma memória.

Construir um momento no passado ajudou a entender os sentidos que me levaram a entrar na comunidade surda mesmo sendo surdo unilateral moderado, ainda mais em um período em que minha memória não se recorda com clareza dos momentos vividos, contudo, entendo que os relatos narrados das pessoas íntimas que viveram comigo contribuam para a construção desta narrativa de minha escrevivência. Não tenho a pretensão de reviver o passado, mas (re)construir fatos vividos nele, para mostrar que o surdo sempre esteve presente em minha vida.

Bosi (1994) menciona que a memória:



Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, "tal como foi", e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista." (Bosi, 1994, p. 55).

Dessa forma, as memórias trazidas por minha mãe e minha irmã elucidam uma parte de minha história de quando eu tinha de zero a cinco anos de idade, e tinha um amigo surdo, que também era meu vizinho, logo, tínhamos uma relação de contato frequente. Era com ele que eu brincava e compartilhava os momentos de minha infância. Não recorro de ter outra criança tão presente.

Por esta razão, trazer a escrevivência do pesquisador-professor de encontro com a história de educação de surdos é uma forma também de registrar microexperiências na cidade de Boa Vista – RR. A pesquisa, por fim, se insere na perspectiva qualitativa, por ser imprescindível nas interpretações dos contextos sociais os quais mergulhamos para desenvolver a tese.

METODOLOGIA

Esta pesquisa possui como abordagem metodológica também a escrevivência, pois é a forma de gerar dados para serem analisados, no meu caso, a escrevivência do pesquisador-professor. Além disso, realizo uma análise qualitativa da declaração de Salamanca de forma crítica, pois há uma discussão sobre o que o documento propõe e o que era percebido por minha família e por mim em relação a uma situação de contato com o surdo e a minha participação na escola, na cidade de Boa Vista, entre os anos de 1991 a 1995.

Para coletar os dados de minha vivência enquanto criança, realizo uma entrevista semiestruturada com minha mãe (identificada como Nalva) e minha irmã (identificada como Déia). As duas possuíam como idades no momento da entrevista de 60 e 42 anos, respectivamente. Na época em que elas me contam os registros, minha mãe tinha entre 29 e 36 anos, e minha irmã tinha entre 10 e 17 anos.

A entrevista semiestruturada é uma das formas de coletar dados em que o pesquisador faz uma entrevista com o(s) sujeito(s) em pesquisas científicas. Normalmente, o entrevistador



leva perguntas preestabelecidas, contudo, recomenda-se que caso surja alguma pergunta que não conste no roteiro, esta questão seja também abordada, porquanto o diálogo deve ser livre, criando uma atmosfera de tranquilidade entre o entrevistador e entrevistado (Gerhardt & Silveira, 2009).

Para Triviños (2010), essa pesquisa “valoriza a presença do entrevistador, ela [a pesquisa] também oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” (Triviños, 2010 p.146). Sabe-se que ao deixar o entrevistado mais à vontade, a pesquisa pode fluir melhor, tirando a pressão que a entrevista causa, logo, muitos pesquisadores aderem a esse modelo de entrevista para buscar um pouco da informalidade.

Segundo Marconi e Lakatos (1996), a pesquisa por meio da entrevista semiestruturada pode oferecer oportunidade de avaliar as atitudes e as formas de como são ditas as respostas pelo entrevistado (reações, gestos, risos), e oferece a oportunidade de encontrarmos informações que não conseguimos identificar em documentações, mas sim pela interação narrada.

Essa metodologia foi utilizada em um momento para gerar dados de minha história em relação ao contato que tive com um surdo durante minha infância. Utilizo essa experiência para dialogar com a Declaração de Salamanca, que foi o primeiro documento internacional sobre a inclusão de PcD.

ESCREVIVÊNCIA: NARRANDO O PRIMEIRO CONTATO

Em minha casa de piso queimado, com cores que pareciam o universo cheio de estrelas com tons azuis e cinzas, e remendas de cimento que pareciam explosões estelares, brilhoso de tão bem limpinho, tinha uma sala com uma porta de ferro e vidro que se abria direto para o quintal. Eu estava agachado brincando com um boneco de plástico que parecia com um palito da pantera-cor-de-rosa, quando eu olho para o lado e vejo ele gesticulando um ‘oi’, mas não era em Libras, eu nem sabia o que era um tipo de linguagem, era apenas minha intuição que entendia que aquilo era uma forma de se cumprimentar e convidar para se encontrar. Deixei aquele boneco de lado e corri em direção a sua casa, atravessando um quintal que dividia nossas casas por meio de uma mata de vegetação local que não lembro o nome. Uma vegetação rasteira. Atravessei uma cerca que não tinha espinhos, erguida sobre paus de madeira secos de tonalidade escura, e o toquei no braço. Saímos, em seguida, um correndo atrás do outro (memórias de 1995, talvez).



Eu nasci e fui criado até os 6 anos em um bairro periférico chamado Asa Branca, na única capital brasileira acima da linha do equador, na cidade de Boa Vista, em Roraima, região norte do Brasil, no dia 13 de janeiro de 1991.

Imagem 01: Mapa do Brasil



Fonte: <https://veja.abril.com.br/coluna/sobre-palavras/qual-e-a-pronuncia-correta-de-roraima>

Meus pais nasceram em Altamira, no Maranhão, mas foram registrados na cidade de Vitorino Freire, também no interior do Maranhão. Minha mãe trabalhou muito jovem como babá de uma família (saiu de casa aos 9 anos) que tinha como responsável um coronel do exército. Ela era transferida para outras cidades do Brasil, até que ficou maior e decidiu ir de encontro com sua família em Roraima. Meu pai trabalhava em roça no Maranhão, e veio ao estado de Roraima em busca de melhores oportunidades também. Eles não chegaram a completar seus estudos, nem ao menos ensino fundamental I³, pois precisavam trabalhar para manter sua subsistência e de seus filhos (a minha e de meus dois irmãos), então, permitiram que os filhos se dedicassem aos estudos, com a finalidade de possuírem um futuro melhor, sem precisarem passar pelos sofrimentos os quais eles vivenciaram.

³ Período correspondente de primeira a quinta série do Ensino Fundamental da Educação Básica.



Em 1991, havia 215.790 pessoas que habitavam no estado de Roraima (sendo 119.034 homens e 96.756 mulheres)⁴, coincidentemente, meu vizinho, que era um ano mais velho que eu, era um menino surdo. Dessa forma, costumo dizer que o surdo sempre esteve presente em minha vida, entretanto, eu não tinha noção dos problemas que meu amigo e vizinho passaria durante o seu desenvolvimento educativo, e que por trás de sua deficiência, havia uma história única, e como minha sensibilidade me guiaria para os movimentos dentro da comunidade surda ao longo da minha vida, e, em especial, no espaço acadêmico-científico.

Mesmo com poucas instruções e sem tempo de irem à escola, meus pais entendiam que naquele contato entre um ouvinte e um surdo havia uma comunicação que não sabiam decodificar. Éramos um exemplo de que as linguagens estão presentes em nós, e que a comunicação é o fenômeno da linguagem imperativo para o desenvolvimento de outras habilidades, no nosso caso, a de brincar, por exemplo.

Eu perdi o contato com ele aos 6 anos, quando mudamos de casa e bairro. Algumas coisas sobre nosso contato eu recordo vagamente e que também é rememorado por fotos, mas minha mãe e minha irmã, as quais nomeio de Nalva e Déia, respectivamente, contribuíram para este texto, reconstruindo memórias de quando eu era criança.

(RE)CONSTRUINDO MEMÓRIAS DE 1992 A 1995: A CHEGADA DA DECLARAÇÃO DE SALAMANCA PARA O MUNDO

Antecipo que as falas de minha mãe e irmã podem faltar alguma informação que não tenhamos percebido a relevância, mas pensamos em conjunto em partes principais da interação que ocorria entre mim e o surdo⁵.

“Eu não entendia nada do que vocês conversavam. Vocês brigavam, brincavam e sorriam. Não sei como” (Nalva, 2023). “Ele apontava pra ti e falava bá bá bá bá bá, daí tu olhava pra ele e apontava e dizia bá bá bá bá bá também” (Déia, 2023). E assim foram como minha mãe e minha irmã se posicionaram quando eu disse que queria realizar uma entrevista com elas para construir uma parte de minha vida por meio de suas memórias a respeito do meu contato com meu primeiro amigo e a primeira pessoa surda que eu tive convívio, enquanto estávamos caminhando em uma calçada, em Torres - RS.

⁴ Dados coletado no IBGE, no link <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv22894.pdf>



Quando eu disse quealaria sobre o meu primeiro contato com o surdo, minha mãe relata uma situação engraçada. Ela lembra de um dia ter me perguntado o que o vizinho havia dito a ela, pois, segundo ela, eu conseguia compreender as ações e reproduções de sons do surdo, em resposta, eu olhei pra ela repeti os sons desconexos que ele havia externalizado, tipo um “bá bá bá bá”. Minha mãe disse que sorriu e se contentou em continuar sem entender.

Durante nossa entrevista, questionei-as se, em algum momento, eu utilizava gestos ou algum sinal para se comunicar com o surdo, como se nós estivéssemos criado uma língua de sinais própria, todavia, minha mãe e irmã dizem que, por incrível que pareça, nossa comunicação era sonora e, majoritariamente, por meio de sinalização com o dedo indicador, e, quando brincávamos de luta, ocorria alguns movimentos corporais, que fazia parte da própria brincadeira, mas não sabiam diferenciar o que era diálogo ou brincadeira na interação.

Nesta época, não se ouvia falar em ensino da Língua Brasileira de Sinais em Boa Vista. Não havia políticas de inclusão em instituições que colaborassem com a família para ensinar a Libras, pelo menos essas políticas não chegaram até à família do meu vizinho. Por esta observação, fiz uma pergunta sobre a comunicação com os pais dele, se ocorriam, entre eles, por meio da Libras. Nalva disse que o surdo lia os lábios do pai, então ela acha que possivelmente ele deveria ler os meus também, e Déia ressalta que poderia sim ocorrer este tipo de comunicação por meio de leitura labial, o que poderia facilitar a comunicação em nossas brincadeiras em certos momentos, pois ela ouvia muito a reprodução do som “bá bá bá”.

Nalva: Não, com Libras não, mas pelos lábios.

Entrevistador: Ele fazia leitura labial.

Déia: Às vezes, vocês também até se comunicavam até pelos lábios [refletindo].

Nalva: Pelos lábios.

Déia: Como vocês falavam bababá, mas ele entendia às vezes pelos lábios, né?

Entrevistador: É, talvez o pai dele tenha ensinado o lábio e o objeto.

Nalva: Ele lia os lábios do pai dele.

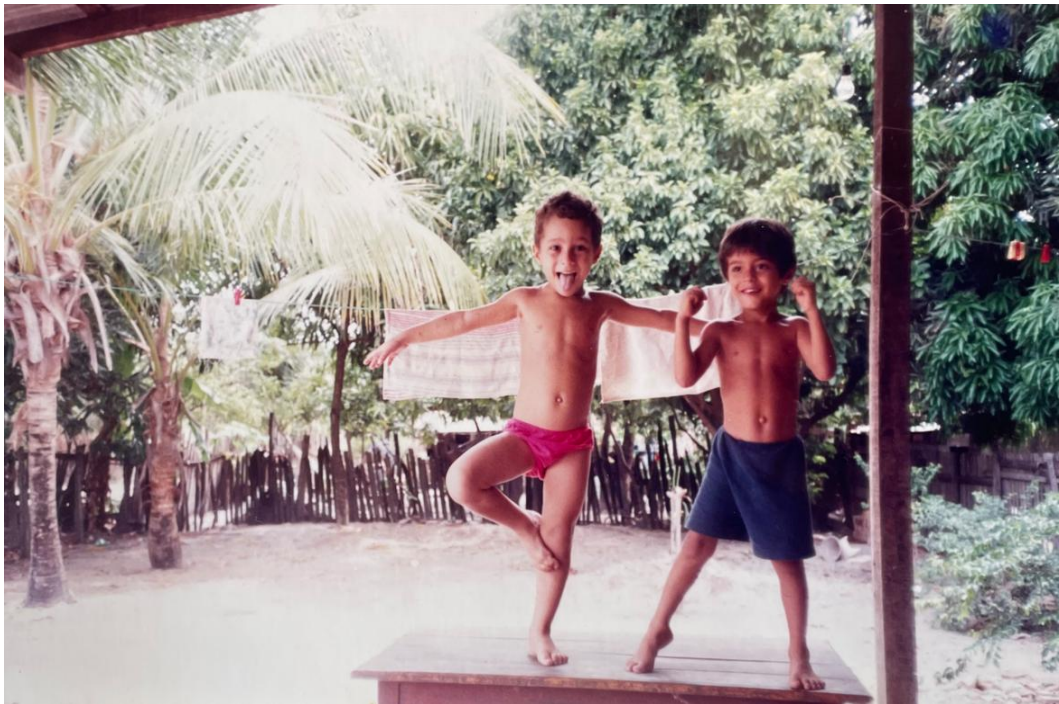
Contudo, como o surdo lia lábios se ele não ia à escola para ter esse tipo de instrução? Como ler algo sem aprender a ler? Havia alguma coisa ali que acontecia e não entendíamos.

Déia menciona que eu e o surdo brincávamos sobre uma mesa, na área externa de nossa casa. Essa mesa funcionava como se fosse uma arena. Perguntei se ocorriam momentos de brigas entre nós, e se eu explicava o motivo das brigas nessas brincadeiras. Déia disse que “vocês conversavam em cima de uma mesa”, e Nalva “vocês brincavam muito em cima da mesa” (Nalva, 2023). Nas brigas, era perceptível porque “ele alterava a fala dele” (Déia, 2023), e eu respondia que era porque eu estava cansado, e o vizinho queria permanecer brincando. Elas



disseram que não recordam se havia algum motivo específico em que eu dava alguma justificativa mais detalhada.

Imagem 02: Momento de interação em cima da mesa com meu vizinho surdo



Fonte: arquivo pessoal de Nalva⁶.

As duas rememoram que, pelo fato de eu ser a única criança que interagiu com ele, em momentos de reunião com outras crianças que ocorria em nossa casa, as vezes com primos que tinham a minha idade, o vizinho ia embora emburrado para sua casa, pois elas achavam que era por algum tipo de ciúme, tendo em vista que eu não conseguia dar atenção aos falantes e ouvintes presentes em um mesmo espaço e ao mesmo tempo.

Déia: Mas quando chegavam nossos primos, ele ficava com muito ciúme.

Nalva: Ele ia embora.

Déia: Ele ia embora.

Déia: Ele tinha muito ciúme, porque eu acho que tu perdia a atenção.

Déia: Tu não dava mais atenção pra ele, porque os primos, tu...

Entrevistador: Não entendiam, né?

Nalva: Tu se aproximava mais.

Entrevistador: Não tinha aquele contato da língua mais.

Entrevistador: Eu tinha que dar atenção pra duas coisas totalmente diferentes.

Nalva: É, e você...

Déia: E criança, às vezes, quer brincar com quem já tá mais animada, falando melhor, né?

⁶ O surdo é a pessoa da direita.



Nossa interação era tão exclusiva que Nalva afirma que o único momento em que não nos falávamos era quando eu ia para a creche e ele ficava em casa, então “ele chorava quando tu ia pra escola. Ele queria ir também” (Nalva, 2023). Nota-se que naquela época “não existia, (a escola) não pegava ele” (Déia, 2023). A época em que Déia se refere foi entre 1993 a 1996.

O antigo formato de creche ajudava as crianças a utilizarem materiais diversos (principalmente escolares), compreender os instrumentos ao seu redor. Minha irmã recorda que o único momento de ter visto o nosso vizinho utilizando objetos como instrumento de comunicação foi quando mudamos de bairro. “Foi muito triste, ele subia em cima da mesa e tirava as trouxas⁷, [...] Lembro que quando a gente entrou no carro, ele puxava teu braço” (Déia, 2023). Ele chorava, gritava e retirava as coisas que estavam colocando dentro do carro de mudança, pois ele, naquele momento, perdia a pessoa que mais o compreendia e realizava, muitas das vezes, as atividades lúdicas que poderiam ter sido desenvolvidas se ele tivesse frequentado a escola.

Esse meu momento de contato com o surdo o qual ocorria interação entre os dois sujeitos é chamado de endoculturação, termo chamado por Laiara (2001) como um processo em que os sujeitos, enquanto crianças, desenvolvem o processo de aprendizagem e assimilação do conhecimento fora da escola. Este contato ocorre por meio da família e demais pessoas próximas. Este primeiro contato também pode ser chamado de socialização primária (Berger e Luckmann, 1973). Quando a criança passa a ir para a escola, entra a socialização secundária, envolvendo assim os colegas e professores. Enquanto eu ia para a escola e migrava de socialização, infelizmente, o surdo se mantinha naquela experiência exclusiva com seus próximos.

Em 1995, no Brasil, é marcado pela primeira pesquisa publicada sobre Línguas de Sinais – LS pela professora Lucinda Ferreira de Brito, *Por uma gramática de Línguas de Sinais*. Essa obra relata seus primeiros estudos descritivos sobre as línguas de sinais que eram utilizadas por pessoas que habitavam os centros urbanos do Brasil. Em Roraima, segundo minha irmã e minha mãe, nem imaginavam a presença de uma língua que fosse sinalizada. Elas entendiam que o vizinho apenas usava sinais aleatórios e lia lábios. Contudo, fica uma reflexão sobre como era possível uma pessoa ler lábios se ela não compreendia o sentido ler e nem ia à escola? Fica a curiosidade de entender como era a relação do surdo com sua família naquela época em que a sociedade não compreendia ao menos o que era identidade surda.

⁷ É uma forma da família dizer malas e bolsas de mudança com roupas.



Ressalta-se que, um ano antes, em 1994, foi elaborado um documento internacional para apontar aos países a necessidade de inclusão de todas as pessoas com deficiência na escola, a Declaração de Salamanca, e, nesse ano, meu vizinho estava com 4 anos:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (UNESCO, 1994, p. 6).

Em 1994, com 4 anos, a criança já podia começar a frequentar a educação infantil para aprender a se comunicar e desenvolver a coordenação motora. A escola onde eu estudava a creche (educação infantil) era a Escola Municipal Menino Jesus, localizada ainda no bairro onde eu nasci, Asa Branca.

Retroagindo um pouco no tempo, evoca-se que em 1979, em Roraima, há dados de que havia indicativos de 23 alunos deficientes de audiocomunicação. Em 1981, 20 alunos surdos. Antigamente, em Roraima, os pais de pessoas surdas não contavam com aparelhos audiométricos com facilidade para serem comercializados, então alguns profissionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) vieram para o estado tentar colaborar com a educação de surdos (Siems-Marcondes, 2013). Nesta época, o Brasil estava colocando em prática a filosofia da comunicação total, ou seja, os surdos aprendiam o português oralizado e sinais. E isso se estendeu a muito tempo, até a virada de século.

Minha família não sabe me dizer se o vizinho teve acesso a essa pesquisa junto com os pesquisados de Santa Maria, mas elas acreditam que não, pois talvez teriam sido informadas e também porque o surdo ainda era muito criança. O essencial para ele seria ser alfabetizado na Libras enquanto ainda era criança. Se a Declaração de Salamanca tivesse surgido um pouco antes, pelo menos a inclusão do surdo teria que ser assegurada, pois o documento rege que a educação inclusiva deveria reorientar os programas de inclusão e a identificação precoce da deficiência de uma criança.

Assim, em 1993, o surdo ou qualquer outra pessoa com deficiência ainda não contava com a obrigatoriedade alguma de receber suporte/atendimento da/na escola. Nesta época, o Brasil vivia um período econômico muito desestabilizado, então o foco das energias políticas não estava voltado à educação, mas a economia, o que é uma pena, pois a participação das Pessoas com Deficiência pode sim colaborar no desenvolvimento econômico de uma nação, e isso era percebido na Declaração de Salamanca.



Os jovens com necessidades educativas especiais precisam de ser apoiados para fazer uma transição eficaz da escola para a vida ativa, quando adultos. As escolas devem ajudá-los a tornarem-se ativos economicamente e proporcionar-lhes as competências necessários na vida diária, oferecendo-lhes uma formação nas áreas que correspondem às expectativas e às exigências sociais e de comunicação da vida adulta, o que exige técnicas de formação adequadas, incluindo a experiência direta em situações reais, fora da escola (UNESCO, 1994, p.34).

O erro que percebemos é que a declaração faz com que a pessoa surda seja aceita na sociedade, fazendo com que a escola procure meio para a inclusão, entretanto, faltou a inserção da obrigatoriedade de uma sociedade que compreendesse, por exemplo, a Libras. É importante que a família oriente e dê suporte a sua criança PcD, mas é imperativo que a sociedade seja motivada a aprender a incluir.

Lembro-me, em 1995, de minha mãe ter me dado algumas notas de um dinheiro (o antigo cruzeiro), e eu e o surdo passamos a brincar de fazer mercado com nossos brinquedos e objetos que encontrávamos no quintal (pedras, pedaços de madeira, tijolos), nessa época, tínhamos 4 e 5 anos, respectivamente. Ocorria o Plano Real para conter a crise hiperinflacionária em nosso país, liderada pelo governo de Itamar Franco sob a medida provisória 434 de 27 de fevereiro de 1994. As ruas de Boa Vista eram cheias de cruzeiros na rua, e a sociedade não era mais eufórica nos mercados. Recordo de muitas vezes estar correndo no mercado porque os produtos mudavam de preço. Eu ficava pensando em como meu vizinho saberia lidar com as compras em sua fase adulta, já que ele não ouvia quando o preço da comida baixava de repente e todo mundo corria dentro do supermercado. Imaginava a dor que deveria ser emocionalmente.

Nesse momento, dizíamos adeus a moeda antiga, e eu ao meu vizinho também. Após a minha mudança de casa e de bairro, nunca mais o encontrei. Meus outros contatos com outros surdos vieram com o decorrer do meu percurso no espaço mais social que considero: na escola.

O direito de todas as crianças terem acesso à educação está proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e foi reafirmado pela Declaração sobre Educação para Todos, vale ainda nossa luta incansável de afirmação que inclusão pode gerar desenvolvimento social e econômico de um país.



CONCLUSÃO

Por hora, acredito que os trabalhos que relatam acerca de escrevivências são importantes para historicizar momentos, inserir academicamente situações que podem integrar um conjunto de ideias, principalmente quando estamos diante de grupos minoritários.

Antes da Lei de Libras (Lei 10.436), muito ocorreu ao longo da história mundial e brasileira. A escrevivência pode contar situações micros e estas situações podem levar aos interlocutores a compreensão de respeito e inclusão dessas leis em nosso dia a dia. Entender o que vem por trás do que temos hoje é imperativo.

Nesse viés, acreditamos que o contato do atual professor, que já teve contato com pessoas surdas, contribui para o olhar inclusivo que hoje tenho, e me fez refletir sobre as atuais políticas que englobam os sujeitos surdos e lhes dão espaços na sociedade, destacando-se a escola.

A Declaração de Salamanca foi um marco histórico muito importante nos estudos de inclusão das Pessoas com Deficiência, pois graças a ela, outras legislações ao redor do mundo puderam se ancorar para favorecer e facilitar a inclusão dos ditos minoritários na sociedade.

Em Boa Vista - RR, percebi que a Declaração de Salamanca não teve sua aplicação imediata, ainda porque o município, nos anos entre 1991 a 1995, ainda era muito pouco habitado, então acredito que era uma das preocupações dos antigos governos em trabalhar na inclusão de tão poucas pessoas, contudo, vejo que caso os processos de inclusão tivessem sido desenvolvidos logo imediatamente após ao documento de Salamanca, as instituições teriam menos problemas de inclusão como ainda é percebido nos dias atuais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº. 10.436. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais**, 2002

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção: Na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca – Espanha, 1994.

BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. **A sociedade como realidade**. In: A construção social da realidade – tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Editora Vozes, 1973.

EVARISTO, Conceição. **A escrevivência e seus subtextos**. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (org.). *Escrevivência: a escrita de nós: Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina de Comunicação e Arte, 2020.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade** - Lembranças de velhos. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.



GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

SIEMS-MARCONDES, Maria Edith Romano. **Educação Especial em Roraima: história, política e memória**. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas S.A, 2010.